

BANCO DE DESENVOLVIMENTO  
DO ESPÍRITO SANTO S/A -  
BANDES  
CNPJ nº 28.145.829/0001-00  
Resumo do Segundo Termo Aditivo  
ao Contrato de Prestação de  
Serviços

**Partes:** Banco de Desenvolvimento  
do Espírito Santo S/A - BANDES X  
C V de Carvalho Soluções Técnicas  
Eireli - EPP.

**Objeto:** Prorroga o prazo de  
execução do serviço por mais 3  
(três) meses e o prazo de vigência  
do contrato por mais 4 (quatro)  
meses contados de 01.07.2018,  
passando a vencer em 01.10.2018  
e 01.11.2018, respectivamente.

**Data:** 01.07.2018.

Gerência Administrativa e de  
Serviços

**Protocolo 415540**

### Agência de Regulação de Serviços Públicos - ARSP -

#### INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 031, de 01 de agosto de 2018.

Regulamenta a estrutura  
organizacional e as atividades da  
unidade Assessoria Técnica de  
Estudos Jurídicos - ASTEJ.

**O DIRETOR GERAL DA  
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO  
DE SERVIÇOS PÚBLICOS -  
ARSP**, autarquia de regime  
especial, no uso das atribuições  
que lhe confere o Art. 16 da Lei  
Complementar 827, publicada  
em 1º de julho de 2016.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Regulamentar a estrutura  
organizacional e as atividades  
desempenhadas pela unidade  
*Assessoria Técnica de Estudos  
Jurídicos - ASTEJ*.

**Parágrafo Único** - A ASTEJ  
constitui uma unidade  
administrativa do órgão "Assessoria  
Técnica da ARSP", sendo extinta a  
denominação "ASJUR - Assessoria  
Jurídica".

**Art. 2º** - A ASTEJ, subordinada  
internamente à Diretoria Colegiada,  
será composta por 01 (um)  
servidor de cargo comissionado de  
Assessor Especial e de servidores  
do cargo efetivo de Especialista  
em Regulação e Fiscalização - Área  
Jurídica.

**Parágrafo Primeiro** - O cargo  
de Assessor Especial, de livre  
nomeação e exoneração pela  
Diretoria Colegiada, será ocupado  
por um Especialista em Regulação  
e Fiscalização - Área Jurídica.

**Parágrafo Segundo** - Será  
permitida a inserção de  
estagiários de Direito, desde  
que justificada a necessidade e  
expressamente autorizado pela  
Diretoria Colegiada.

**Art. 3º** - Ao Assessor Especial  
compete:

I - Representar e coordenar as  
atividades da unidade;

II - Receber e distribuir os processos  
encaminhados à unidade;

III - Assessorar a Diretoria  
Colegiada na elaboração de  
respostas aos documentos e  
requisições recebidos de outros  
órgãos e entidades;

IV - Exercer, em conjunto com  
os Especialistas em Regulação e  
Fiscalização - Área Jurídica, todas  
as atividades previstas no art. 4º  
desta Instrução de Serviço.

**Art. 4º** - Ao Especialista em  
Regulação e Fiscalização - Área  
Jurídica compete:

I - Auxiliar a Diretoria Colegiada  
no exame de legalidade dos  
atos, contratos, acordos, ajustes  
e convênios que interessem à  
Agência Reguladora, mediante  
elaboração de:

a) estudos jurídicos,  
com pesquisa doutrinária,  
jurisprudencial e com a  
identificação das melhores práticas  
jurídicas adotadas pelas agências  
reguladoras em geral;

b) relatórios de consulta  
jurídica circunstanciada a ser  
submetida à Procuradoria Geral do  
Estado;

c) minutas de atos  
normativos, de atos administrativos  
e de contratos de toda espécie;

II - Interagir com as demais  
unidades administrativas da  
Agência Reguladora na elaboração  
de normas, instruções, resoluções  
e demais atos a serem expedidos;

III - Assistir o relacionamento dos  
servidores da Agência Reguladora  
com os poderes concedentes, com  
os prestadores de serviços públicos  
e com os usuários;

IV - Desempenhar outras  
atribuições de natureza jurídica,  
conforme determinação superior e  
de acordo com o interesse público,  
respeitada a competência exclusiva  
da Procuradoria Geral do Estado.

V - Interagir com a PGE/ES, sempre  
que necessário.

**Art. 5º** - O estudo jurídico emitido  
pela ASTEJ denominar-se-á  
"Estudo Jurídico", será identificado  
com as iniciais ARSP/DC/ASTEJ/  
EJ, receberá numeração em série  
crescente, reiniciada a cada ano, e  
deverá ser subscrita pelo servidor,  
indicando seu nome completo e o  
respectivo cargo.

**Art. 6º** - O relatório de consulta  
jurídica emitido pela ASTEJ, a  
ser submetido à Procuradoria  
Geral do Estado, denominar-se-á  
"Relatório de Consulta Jurídica  
Circunstanciada", será identificado  
com as iniciais ARSP/DC/ASTEJ/  
RCJC, receberá numeração em série

crescente, reiniciada a cada ano, e  
deverá ser subscrita pelo servidor,  
indicando seu nome completo e o  
respectivo cargo.

**§ Único** - As consultas  
que demandem emissão de  
"Relatório de Consulta Jurídica  
Circunstanciada"

deverão ser previamente autuadas,  
registradas no SEP e ser tramitadas  
junto à Diretoria Geral, para sua  
avaliação e encaminhamento à  
ASTEJ.

**Art. 7º** - A Procuradoria Geral  
do Estado - PGE exercerá a  
coordenação e supervisão dos  
serviços jurídicos prestados pelos  
integrantes da ASTEJ.

**Art. 8º** - A análise dos processos  
administrativos pela ASTEJ será  
estritamente de cunho jurídico-  
legal, sem adentrar nas questões  
de conveniência e oportunidade,  
tampouco examinar pontos  
estritamente técnicos.

**Art. 9º** - Os processos  
encaminhados à ASTEJ  
deverão consignar, expressa e  
especificamente, a questão jurídica  
a ser apreciada, sob pena de  
imediata devolução dos autos.

**Art. 10º** - Esta Instrução de  
Serviço entra em vigor na data de  
sua assinatura, ficando revogada a  
Instrução de Serviço nº 033/2017.

Vitória, 01 de agosto de 2018

**ANTÔNIO JÚLIO CASTIGLIONI  
NETO**

Diretor Geral

**Protocolo 415523**

#### INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 030, de 26 de julho de 2018.

Delega competência à Diretoria  
Administrativa e Financeira.

**O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA  
DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS  
PÚBLICOS-ARSP**, autarquia  
de regime especial, no uso das  
atribuições que lhe confere o Art.  
16 da Lei Complementar nº 827,  
publicada em 1º de julho de 2016.

#### Resolve:

**Art. 1º. Delegar** competência ao  
Diretor Administrativo e Financeiro  
para:

I - Aprovar e alterar a escala  
anual de férias, decidir sobre as  
concessões e suspensões, bem  
como praticar os atos necessários  
à gestão interna dos servidores  
lotados na ARSP;

II - Assinar contratos e respectiva  
documentação, bem como  
realizar despesas concernentes à  
contratação de estagiários;

III - Autorizar despesas com  
diárias, bem como seu empenho  
e pagamento, além de analisar as  
respectivas prestações de contas;

IV - Praticar atos inerentes  
à gestão e movimentação  
dos bens patrimoniais, do  
Almoxarifado, da utilização dos  
veículos e das linhas telefônicas  
da ARSP;

V - Assinar ordens de serviços e de  
fornecimentos, após a aprovação  
e autorização das despesas pelo  
Diretor Geral;

VI - Assinar ordem bancária e  
demais documentos financeiros e  
bancários necessários à realização  
de pagamentos;

VII - Aprovar prestação de contas  
dos suprimentos de fundos  
concedidos.

VIII - Autorizar ordenação de  
despesas que não extrapolem o  
limite do Art. 24 inciso II da Lei  
8.666;

IX - Ordenar despesas relativas  
a contratos de caráter contínuo e  
natureza essencial que já tenham  
sido anteriormente autorizados  
pela Diretoria Colegiada não se  
incluindo aqui os Termos Aditivos  
Contratuais que importem em  
acréscimo de despesas.

X - Ordenar despesas relativas  
a contratos de caráter contínuo  
e natureza essencial que já  
tenham sido anteriormente  
autorizados pela Diretoria  
Colegiada, incluindo Termos  
Aditivos Contratuais relativo a  
acréscimo de despesas oriundas  
de obrigações legais, tais como,  
repactuações, reajustes, CCT  
e etc, que não representem  
acréscimo quantitativo ou  
qualitativo dos serviços  
originariamente contratados.

**Art. 3º.** Esta Instrução de Serviço  
entra em vigor na data de sua  
publicação.

**ANTÔNIO JÚLIO CASTIGLIONI  
NETO**

Diretor Geral

**Protocolo 415525**

### Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH

#### RESOLUÇÃO Nº 001/2018 - CONDEF/ES

O Conselho Estadual dos Direitos  
da Pessoa com Deficiência -  
CONDEF/ES, no uso das atribuições  
que lhe são conferidas pela Lei  
Complementar nº 302, de 02 de  
dezembro de 2004, e de acordo  
com a Lei Complementar 830/2016,  
e, ainda, conforme deliberado na  
Primeira Plenária Extraordinária  
realizada em 03 de Julho de 2018,  
**resolve:**

Art. 1º Instituir a Comissão Eleitoral  
para o processo eleitoral dos  
membros da Mesa Diretora (biênio  
de 2018-2020) deste Conselho;

Art. 2º Integra a Comissão Eleitoral  
os conselheiros:

I. Bruna Bolonha de Menezes  
- Secretaria de Estado de Direitos  
Humanos (SEDH);

II. João Adriano Dallapiccola

Vitória (ES), Terça-feira, 31 de Julho de 2018.

Veenings- Secretária de Estado da Cultura (SECULT);

III. Juliana Vervloet Menezes de Almeida - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região (CREFITO/ES);

IV. Martoni Moreira Sampaio - Instituto Reabilitacional e Esportivo para Deficientes Físicos do Espírito Santo (IREFES).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Vitória, 10 de Julho de 2018.**

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONDEF/

ES

**Protocolo 415476**

**Instituto de Atendimento  
Sócio-Educativo do Espírito  
Santo - IASES -**

**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0377-P DE 30 DE JULHO DE 2018.**

**A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO - IASES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 5, inciso VII do Decreto nº 3953-R, de 10/03/2016;

**R E S O L V E :**

**EXONERAR** nos termos do Art. 61, parágrafo 2º, alínea "b", da Lei Complementar nº 46/94 o servidor **EDVALDO ANDRADE NOBRE**, do cargo em Comissão de **COORDENADOR DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA I - UNIP I - REFERÊNCIA IASES 05**, do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo.

Vitória (ES), 30 de Julho de 2018.

**CLÁUDIA LAURETH FAQUINOTE**

Diretora Presidente do IASES  
**Protocolo 415677**

**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0378-P DE 30 DE JULHO DE 2018.**

**A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO - IASES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 5, inciso VII do Decreto nº 3953-R, de 10/03/2016;

**R E S O L V E :**

**NOMEAR** nos termos no Art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46/94, **EUDES SOUZA ALVES FILHO**, para exercer

o cargo em Comissão de **COORDENADOR DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA I - UNIP I - REFERÊNCIA IASES 05**, do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo.

Vitória (ES), 30 de Julho de 2018.

**CLÁUDIA LAURETH FAQUINOTE**

Diretora Presidente do IASES  
**Protocolo 415678**

**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0379-P DE 30 DE JULHO DE 2018.**

**A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO - IASES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 5, inciso VII do Decreto nº 3953-R, de 10/03/2016;

**R E S O L V E :**

**NOMEAR** nos termos no Art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46/94, **WANDERSON MACHADO BARCELOS**, para exercer o cargo em Comissão de

**MOTORISTA DE DIRETOR - REFERÊNCIA IASES - 08**, do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo.

Vitória (ES), 30 de junho de 2018.

**CLÁUDIA LAURETH FAQUINOTE**

Diretora Presidente do IASES  
**Protocolo 415679**

**ERRATA:**

**Na Instrução de Serviço Nº 0364-P, de 18/07/2018 publicada no Diário Oficial de 19/07/2018, ONDE SE LÊ:**

**"Art.2º** A presidência desta Comissão será exercida pelo primeiro membro e, na ausência deste, será exercida pelo segundo membro."

**LEIA-SE:**

**"Art.2º** A presidência desta Comissão será exercida por Frantieska Azevedo Monteiro e, na ausência, será exercida por Izabella Gomes Dias."

Vitória (ES), 30 de julho de 2018.

**CLÁUDIA LAURETH FAQUINOTE**  
Diretora Presidente do IASES  
**Protocolo 415481**

AO LONGO DA  
NOSSA HISTÓRIA

JÁ MUD@MOS

DE NOME, SEDE E  
PROJETO GRÁFICO,  
COM NOSSO MEIO  
DE INFORMAR NÃO  
PODERIA SER

DIFERENTE.

DESDE 1890

O QUE FAZ O ESPÍRITO SANTO SE  
DESENVOLVER SAI PRIMEIRO AQUI.



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO